



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681445 - SP (2021/0226957-0)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PEDRO HENRIQUE PEDRETTI LIMA - RJ210737
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JOHNATHAN SIMONELLI RAMIRES FELIX (PRESO)
CORRÉU : DRAZIELE SIMAO ESTEVES
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOHNATHAN SIMONELLI RAMIRES FELIX em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1500650-39.2020.8.26.0594).

O paciente foi condenado em primeira instância às penas de 13 anos, 9 meses e 27 dias de reclusão, em regime inicialmente fechado, e 32 dias-multa, pelo cometimento do crime tipificado no art. 157, § 2º, incisos II e VII, do Código Penal.

Interposto recurso de apelação, o Tribunal de origem deu parcial provimento ao recurso defensivo para redimensionar a sanção para 4 anos, 11 meses e 26 dias de reclusão e de pagamento de 10 dias-multa, mantido o regime.

Sustenta a impetrante a existência de constrangimento ilegal, uma vez que a Corte *a quo* teria reduzido o aumento da pena para 1/6 (um sexto) na primeira fase da dosimetria, mas se valendo de argumento estranho àqueles contidos na sentença condenatória.

Alega que não existiria qualquer relação entre a pandemia da covid-19 e o delito supostamente praticado pelo paciente, o que afastaria a agravante do art. 61, inciso II, alínea *j*, do Código Penal.

Por fim, argumenta que a sanção teria sido reduzida na fração de 1/3 na terceira fase dosimétrica sem qualquer fundamentação idônea.

Requer, liminarmente e no mérito, seja corrigida a dosimetria, com o afastamento da circunstância negativa na primeira fase e da agravante na segunda fase, bem como diminuída a pena no patamar máximo legal na terceira fase da dosimetria.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “*por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório*” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de

3/11/2020).

Ante o exposto, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência